



105ª CONFERÊNCIA DA OIT – GENÈVE 8/06/2016

INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DE PORTUGAL

Senhor Presidente da Conferência da OIT

Senhor Director Geral e restantes Membros do Executivo da OIT

Senhores Delegados e Senhoras Delegadas à 105ª Conferência da OIT

Portugal esteve sujeito a um tremendo programa de ajustamento económico e financeiro nos últimos quatro anos, baseado numa profunda austeridade que conduziu ao empobrecimento generalizado do País e dos seus cidadãos, penalizando empresas e trabalhadores, bloqueando a contratação colectiva, cortando salários e pensões, criando desemprego e pobreza, aprofundando desigualdades sociais, tornando a nossa sociedade mais injusta e pobre e conduzindo a uma vaga de emigração só comparável à vivida nos anos 50 e 60, quando o meu país vivia sob um regime ditatorial.

O novo quadro político, resultante de eleições livres e democráticas, criou uma onda de esperança nos trabalhadores, ansiosos pela reversão de um conjunto de direitos que se perderam, impostos por Instituições internacionais (FMI, BCE e Comissão Europeia) que quase aniquilaram o tecido produtivo português e cujos resultados provaram **o erro das políticas impostas pelos credores**.

Mesmo com o novo Governo a comprovar que é possível compaginar compromissos assumidos com os credores internacionais e a implementação de políticas que fomentem o crescimento e o emprego, prosseguem pressões externas sobre o mundo do trabalho – desregulação, flexibilização, ataque à negociação coletiva e ao diálogo social. Continuamos a sentir que **o caminho da Europa é o da austeridade**, da primazia da competitividade à custa do valor do trabalho, dos baixos salários e do bem-estar das pessoas, de um desinvestimento e de um **profundo e desprezível ataque ao Estado Social**.

Passados quatro anos de tantos sacrifícios, e com a Comissão Europeia a confirmar que Portugal cumpriu o programa de ajustamento, somos de novo surpreendidos pelas exigências de vários actores políticos europeus na aplicação de **sanções a Portugal** por incumprimento das regras do Tratado Orçamental (**por décimas**), independentemente de saberem, de antemão, que tal caminho continuará a resultar no aprofundamento das injustiças, da pobreza e das desigualdades.

Rejeitamos este modelo neo-liberal de governação, assente em pilares exclusivamente económicos, onde as preocupações sociais deixaram de constar das práticas desta Europa. **O poder político está dominado pelo poder económico e trata os cidadãos como meros números ou objectos.**

Deveriam ter, isso sim, atenção ao elevado nível de desemprego na União Europeia e no mundo, que afecta particularmente os jovens. Em Portugal a taxa de desemprego dos jovens é de 31%. A falta de oportunidades e, sobretudo, a falta de expectativas, têm levado os jovens, incluindo os mais qualificados, a saírem do País, com custos pessoais e económicos elevados, que comprometem o próprio futuro de Portugal.

É necessário **valorizar o diálogo social tripartido**, dando continuidade ao empenho do Governo Português, que em sede de concertação social com sindicatos e empregadores, conseguiu já no final de 2015 um acordo sobre a actualização do salário mínimo nacional.



Mas também não queremos deixar de saudar a OIT pela actualidade e urgência dos temas discutidos nesta Conferência:

- A avaliação e discussão dos resultados da **Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa de 2008**. Após a crise económica mundial e os seus efeitos devastadores em termos de emprego, de pobreza, de desigualdades, num ataque aos rendimentos dos trabalhadores, aos sindicatos e à negociação colectiva, que põem em causa a justiça social, o potencial de crescimento económico e desenvolvimento sustentável, esta temática surge no momento certo;
- O trabalho que este ano se inicia sobre as **cadeias de abastecimento** deverá produzir resultados que todos esperamos possam contribuir para a **promoção do trabalho digno**, tema que deve estar no centro da agenda de todas as agências das Nações Unidas, e que integre e esteja subjacente a vários dos objectivos do desenvolvimento sustentável, porque determina a acção da ONU para um horizonte que vai até 2030.
- **As Migrações** são um tema que tem assumido contornos dramáticos na Europa e relativamente aos quais a União Europeia tem revelado insensibilidade e falta de vontade política e de coesão entre Estados para responder a uma situação onde, acima de tudo, estão em causa direitos humanos fundamentais e a própria vida de centenas de milhares de pessoas.

Num novo milénio e à beira do seu Centenário, **felicitemos o Director Geral, Guy Ryder, pelo seu Relatório e pela iniciativa do Futuro do Trabalho**, a qual esperamos que venha relançar a discussão global sobre os temas da qualidade do trabalho no mundo e do respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos seus representantes.

Este é um processo que deverá estar hoje, como há quase 100 anos, firmemente enraizado, aqui e em todos os países, naquela que é a verdadeira matriz da OIT:

- **o diálogo social tripartido, enquanto factor de consolidação das democracias e como espaço de liberdade e de compromissos.**

CARLOS SILVA
UGT-PORTUGAL
Representante dos trabalhadores portugueses